-III -**DIÁLOGOS ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS PARA A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Ana Gabriela da Silva Vieira, UFPel
ags.21@hotmail.com

Mara Beatriz Nunes Gomes, UFPel
mbng.adv@gmail.com

Tainá Melo Silveira, UFPel
tainamelosilveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é defendida pela legislação brasileira e pelas políticas públicas como modalidade para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência; desde a década de 1990, se vem sinalizando que os alunos com deficiência devem frequentar escolas regulares. Para tanto, é preciso ressaltar, as leis e políticas destacam que é a escola quem deve se adequar as necessidades do aluno e que é dever do Estado garantir as condições para a inclusão destes, com Atendimento Educacional Especializado.

Na prática, no entanto, não é sempre desta forma que acontece, e é possível perceber a precariedade do atendimento aos alunos com deficiência em muitas instituições de ensino brasileiras. Neste cenário, muitas vezes, as famílias destes alunos precisam empreender uma verdadeira batalha pelos direitos de seus filhos, reivindicando junto ao poder público e à gestão das escolas. Neste trabalho pretendemos investigar o caso de um pai e seus diálogos tanto com as instituições de ensino, tanto com instâncias da administração pública, durante a trajetória escolar de seu filho.

DESENVOLVIMENTO

Desde de 2001, a SEESP – Secretaria de Educação Especial – já apontava para importância de que os alunos com deficiência fossem atendidos na rede regular de ensino, através das “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, cuja base está na Lei nº9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Portanto, podemos dizer que, há mais de 20 anos, o Brasil possui legislação que garante adaptações curriculares e metodológicas para alunos com deficiência, além de docentes com formação para realizar o atendimento aos mesmos.

Nas “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica” é feita uma retomada histórica da Educação Especial, explicitando e criticando o modo como os alunos com deficiência eram segregados dos demais e se esperava que eles se adaptassem a escola, e não o contrário. O documento defende que não se rejeite estes alunos, cuja dignidade deve ser reconhecida; uma sociedade democrática precisa, nesta direção, valorizar a pluralidade humana. Deste modo, não basta a permanência física de pessoas com deficiência na escola, trata-se de desenvolver seu potencial, respeitar suas diferenças e atender às suas necessidades.

Em 2007, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência publicam a “Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência”, que em seu 24º Artigo, trata da questão educacional. O documento defende o caráter inclusivo do sistema educacional, que deve proporcionar à pessoa com deficiência desenvolvimento humano, físico e intelectual, além de sua participação na sociedade.

No ano seguinte, é publicada a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” pelo Ministério da Educação, com intuito de servir como orientação para a educação brasileira. Um dos pontos importantes desse documento é estabelecer a educação inclusiva como uma questão de direitos humanos e uma postura contrária à exclusão social. O texto esclarece a necessidade de preparação de professores e outros funcionários da educação, além da família e da comunidade, para que a inclusão possa se efetivar.

Neste mesmo sentido, Souza (2016) aponta que educação inclusiva precisa atentar para todos os envolvidos no processo educacional, de modo que vai muito além de relação entre o aluno e o professor. Ao estudar a perspectiva dos familiares de alunos com deficiência e ouvir suas opiniões, Souza (2016) volta seu olhar para relação da família com a escola, que se dá através da gestão, do professor da sala de aula, do professor da sala de recursos e dos

demais funcionários da escola. A autora defende o caráter de parceria como necessário para a relação entre família e escola.

Esta discussão é feita também por Lazzaretti e Freitas (2016), que apontam que as duas instituições – Família e Escola – são importantes e compartilham algumas funções no que diz respeito à formação dos sujeitos. Para as autoras:

Uma boa interação entre família, escola e profissionais proporciona uma maior compreensão das necessidades, interesses, habilidades e potencialidades da criança com deficiência. Embora seja de extrema relevância essa parceria, existem alguns obstáculos a serem enfrentados, por parte da família em relação aos profissionais: falta de tempo, dificuldade para entender a linguagem técnica usada pelos profissionais, dificuldade com transporte, sentimento de inferioridade em relação aos profissionais e falta de conhecimento sobre a deficiência (LAZZARETTI; FREITAS, 2016, p.7-8)

As autoras falam em dificuldades comuns nas famílias no que diz respeito a compreensão da deficiência e do processo de ensino aprendizagem. Que outras problemáticas enfrentam estes familiares? Para responder este questionamento e investigar as reivindicações dos familiares frente ao poder público e a gestão das escolas, realizamos uma entrevista com um pai cujo filho tem autismo e Síndrome de Williams.

Tivemos o cuidado metodológico com a investigação, preparando-nos para a entrevista com o estudo dos referenciais teóricos e organização de um roteiro, que embora não fosse fixo, nos norteou durante a entrevista. A entrevista realizada foi gravada e transcrita por nós e nos possibilitou algumas considerações sobre esta relação entre família, escola e poder público, no que concerne à educação inclusiva.

O pai nos relatou as dificuldades de matrícula de seu filho em instituições privadas de ensino, quando muitas vezes as escolas afirmaram não ter vagas para não receber o aluno. Em uma instituição específica, na qual o menino foi matriculado - ainda na Educação Infantil – a escola sugeriu várias vezes que os pais trocassem o filho de escola, e quando a família se recusou, a escola o transferiu para uma sala de aula no segundo andar, de frente a uma escada, dificultando a segurança e acessibilidade da criança, forçando a decisão dos pais de retirada do aluno da instituição em questão.

Quando os pais decidiram matricular o filho em uma escola pública, já no primeiro ano do Ensino Fundamental, empreenderam outra batalha junto a Secretaria de Educação do município, que recusava-se a fornecer um cuidador e um professor auxiliar, para que o

menino recebesse tanto os cuidados físicos (como higiene e alimentação) quanto atendimento pedagógico.

O entrevistado nos contou que foi preciso recorrer à justiça para que esses direitos fossem garantidos, e ainda assim, a família recebeu pressão psicológica por parte da Secretaria de Educação, onde chegaram a dizer ao pai que por causa de seu filho uma professora estava sendo retirada de sala de aula, deixando toda uma turma sem atendimento.

CONCLUSÕES

O estudo da legislação e a entrevista nos permitiu compreender que as dificuldades para a educação inclusiva vão desde a matrícula de um aluno com deficiência em uma instituição de ensino, até as problemáticas para sua permanência. A gestão de algumas escolas particulares movimenta-se para não receber esses alunos; e nas escolas públicas, as equipes diretivas, mesmo que tenham boa vontade, dependem que a administração pública lhe dêem condições, professores e funcionários especializados para efetivar a inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. SEESP/MEC, 2001.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2007.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC; SEESP, 2008.

LAZZARETTI, Beatriz; FREITAS, Alciléia Sousa. Família e Escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências. **Caderno Intersaberes**, v. 5, n. 6, p.1-13, jan./dez., 2016.

SOUZA, Annye Picoli. **Relação escola e família de alunos com deficiência intelectual: o ponto de vista dos familiares**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.